

Para Castelo Branco, é impossível manter o atual crescimento sem estimular os investimentos das multinacionais. E elas continuam investindo, garante ele.

Capital externo é essencial, diz ministro.

O ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, garantiu ontem, no Rio, que a participação do capital estrangeiro será considerada essencial para o desenvolvimento industrial, embora admitisse que o País não tem ainda uma linha claramente definida a esse respeito. "Será impossível o Brasil continuar a crescer a taxas elevadas se vier a repudiar o capital estrangeiro", advertiu o ministro.

Castelo Branco ainda fez uma inesperada revelação, anunciando que em breve uma empresa nacional instalará uma fábrica para produzir caminhões. "Possivelmente a nova empresa deverá usar o motor a álcool para caminhões de 240 HP, o chamado motor Brasil", adiantou o ministro, esquivando-se de dar mais detalhes, e argumentou que o fato deveria ser divulgado pelo próprio empresário.

Sem querer se referir a fatos que estariam causando apreensão aos investidores estrangeiros — como a possível criação de novas áreas de reserva de mercado para a indústria de capital nacional —, Castelo Branco preferiu citar que inúmeras empresas, como Fiat, Pi-

relli, Kodak e Siemens, estão ampliando sua presença no mercado nacional. Disse que o investimento da Fiat será de US\$ 500 milhões e o da Pirelli de US\$ 200 milhões, e que os da Siemens e Kodak são também vultosos.

Afirmou que dos projetos já anunciados pelo MIC, com investimento de US\$ 10 bilhões, a serem iniciados até o fim do ano, boa parte virá do Exterior. "Nada de xenofobia. Temos de fazer como os americanos, que estão procurando atrair mais capitais para seu desenvolvimento", disse o ministro, que não admitiu existir discordância sobre a aceitação de capital estrangeiro na cúpula do governo.

Dívidas

Ao comentar a dívida das siderúrgicas estatais — que estimou em US\$ 17 bilhões —, o ministro José Hugo se mostrou tranquilo. Disse que o governo já liberou Cz\$ 4,2 bilhões para atender a necessidades imediatas da Siderbrás e, quanto à absorção da dívida pela União, explicou que a questão é pacífica: "O problema é saber como fazer a transferência. Na verdade, essa dívida já é, direta ou indiretamente, da União".

Castelo Branco mostrou-se satisfeito com o cumprimento de suas determinações para transferir o comando da política cafeeira para um colegiado de 20 membros. Lembrou que já foi criado o Conselho Nacional de Política Cafeeira e que aguarda apenas a indicação dos representantes da iniciativa privada para que possa ser realizada a primeira reunião deliberativa. "A política do café será mais democrática", garantiu.

Quanto ao açúcar, o ministro não demonstrou a mesma certeza. Disse que a intenção inicial do governo de reduzir ou extinguir o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi frustrada.

Mais recursos

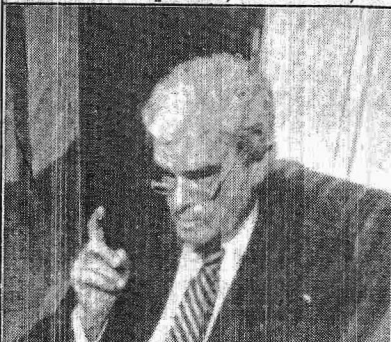
As liberações de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento de compra de máquinas para pequenas e médias empresas, através de sua subsidiária Finame, atingiram níveis recordes no período de janeiro a outubro deste ano, em relação aos últimos cinco anos, alcançando um total de Cz\$ 2,63 bilhões. Esse volume, resultado de um expressivo interesse em investimen-

tos, representa um crescimento de 218,9% em relação ao mesmo período no ano passado, quando foram liberados Cz\$ 345 milhões, e consta do relatório final da campanha de fomento ao investimento promovi-

da pelo banco, entregue ao presidente Sarney pelo presidente do BNDES, André Franco Montoro Filho.

As expectativas do BNDES quanto aos investimentos que se-

rão realizados no País a partir do ano que vem são tão grandes que o relatório aponta a necessidade de mais Cz\$ 138,6 bilhões, além do previsto até 1990, para corresponder a essas necessidades.



Empresário nega envolvimento com Gebauer

O empresário paranaense Cecílio do Rego Almeida, diretor-presidente da empreiteira C.R. Almeida, prestou depoimento ontem, por mais de duas horas, na sede do Banco Central, em Curitiba, para esclarecer o envolvimento de seu nome no desvio de dinheiro de correntistas brasileiros do Morgan Guaranty Trust Company, de Nova York, praticado pelo ex-vice-presidente sênior do banco, Antony Gebauer.

Os auditores do BC nada revelaram sobre o depoimento, enquanto Cecílio do Rego Almeida explicou que comparecera ao banco "de livre e espontânea vontade, para prestar esclarecimentos". Apresentando cópias de documentos que são utilizados pela Justiça americana na acusação contra Gebauer, o empresário negou que mantenha ou tenha mantido conta bancária nos Estados Unidos, como pessoa física ou através da C.R. Almeida.

Segundo declarou, a conta existente no Morgan, aberta em dezembro de 1974, pertence a uma holding chamada Trans-National Corporation, da qual ele participa como acionista — dono de exatas quatro ações, no valor de um dólar cada. A Trans-National mantém no Morgan uma conta corrente conhecida como hold mail account. Trata-se, segundo cópia de um documento apresentado por Rego Almeida, de uma conta de depósito especial, da qual seu detentor pode obter fundos por solicitação, recebendo extratos apenas quando estes são solicitados. O empresário, no caso, era controlador da conta. "Só fui saber do desvio do dinheiro por Gebauer quando estourou o escândalo nos Estados Unidos", disse Cecílio do Rego Almeida.

Embratur pede comércio aos domingos

Diversas entidades empresariais, contando com o apoio do presidente da Embratur, João Dória Jr., entregaram ontem, no Rio, ao ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, documento em que pedem autorização para funcionamento aos domingos dos shopping centers e de lojas localizadas em hotéis e aeroportos.

Embora se tenha mostrado a favor do pedido dos empresários, José Hugo disse que o assunto precisa ser resolvido por consenso e que os comerciantes terão de opinar. No Rio, o presidente do Sindicato dos Comerciantes, Luizant Matta Roma, já se declarou contrário a qualquer mudança na lei atual.

A dívida pública já caiu 18% em um ano



A dívida pública da União — os papéis em poder do público em geral — caiu 7,4% no mês de outubro, em termos reais, e 18% nos últimos 12 meses, atingindo a soma de Cz\$ 338,072 bilhões. Estes dados foram divulgados ontem pelo Departamento da Dívida Pública do Banco Central.

Esta foi a maior queda real da dívida mobiliária interna federal registrada nos últimos dois anos e reflete uma tendência à desaceleração da dívida pública que se vem firmando desde o segundo semestre. No final do ano, mesmo com a colocação prevista de títulos em novembro e dezembro, a queda real deverá atingir a 15%.

Em janeiro de 1985, a dívida pública era equivalente a Cz\$ 62.142 milhões, sendo que em dezembro ela atingiu Cz\$ 258.489 milhões, que representou um crescimento de 52,5% em termos reais e de 387% em valores correntes.

A Justiça decreta ilegal greve da Trol

A greve dos funcionários da Trol, fábrica de brinquedos de propriedade do ministro Dilson Funaro, foi decretada ilegal ontem à tarde pelo Tribunal Regional do Trabalho. Apoiada pela decisão da Justiça, a direção da empresa conta com o retorno ao trabalho de todos os 2.400 empregados. Ao contrário, os sindicalistas insistem em prosseguir com a paralisação, que ontem, segundo a direção da empresa, teve adesão de 65% do efetivo.

Em quatro dias de greve, a fábrica de brinquedos acumula prejuízos de Cz\$ 8 milhões. Mas para computar os prejuízos, a empresa ignora a parcela de trabalhadores que não interrompeu as atividades. "A produção é como uma grande orquestra que não pode atuar sem o violinista", compara o diretor presidente da Trol, Gabriel Ferreira de Paula.

A oferta da direção da Trol que eleva o piso salarial dos empregados de Cz\$ 2 mil para Cz\$ 2,5 mil foi rejeitada ontem de manhã em assembléia dos grevistas. Gabriel Ferreira de Paula relacionou a entrada ou não dos funcionários ao trabalho à capacidade de indução dos dirigentes sindicais durante as assembléias. Mas o diretor presidente da Trol prefere não opinar sobre o caráter político da paralisação, hipótese também descartada por Ivan Altino de Oliveira, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de São Paulo: "A greve não é política, porque as reivindicações são econômicas e retratam a realidade das condições de trabalho na Trol".

jogo ECONÔMICO

RETIFICAÇÃO

Por um problema técnico, a coluna **jogo ECONÔMICO**, publicada na edição de ontem, saiu sem assinatura: seu titular é o jornalista econômico **Marco Antônio Rocha**, que estará semanalmente analisando para os leitores do JT os rumos da política econômica.